



**Ministério  
das Finanças**

## **Síntese de Execução Orçamental do OE 2020**

**JULHO  
2020**

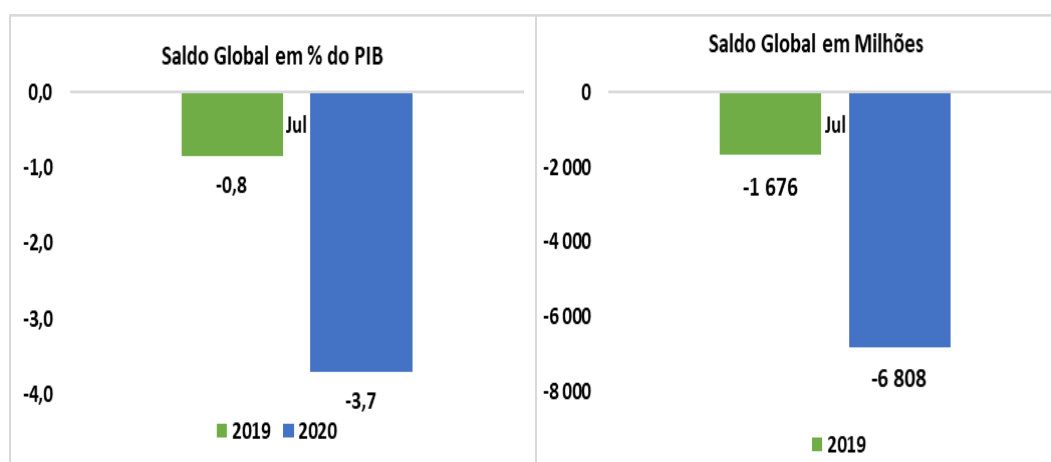
## Índice

<b>1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL</b>	<b>3</b>
<b>2. RECEITAS TOTAIS</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Enquadramento Geral</b>	<b>5</b>
<b>3. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8</b>
<b>3.1. Despesas Correntes de Funcionamento</b>	<b>9</b>
<b>4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO</b>	<b>11</b>

## 1. SÍNTESE GERAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTAL MENSAL

Em julho de 2020, o valor provisório do saldo global foi negativo em 6.807,9 milhões de CVE, ou seja, um défice de 3,7% do PIB projetado pelo MF, e um agravamento 2,8 p.p., face ao mesmo período de 2019. De dizer, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 2,2%, agravando-se em 3,4 p.p., comparativamente ao período homólogo.

**Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global**



Fonte: MF

A execução orçamental, até julho de 2020, continua a evidenciar os impactos da COVID-19, tornando mais expressiva os resultados nas contas públicas. Nesta sequência, conforme os dados provisórios a execução orçamental, resultou:

- o da diminuição das receitas totais em 20,0% (-5.740,3 milhões de CVE);
- o do agravamento das despesas totais (investimento e funcionamento) em 1,3% (+370,8 milhões de CVE) e;
- o da diminuição de investimento em ativos não financeiros em 49,5% (-979,2 milhões de CVE).

Síntese de Execução Orçamental  
Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

### Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2019					
	Orç. 2019	Jul	2020 Orç. Ret	Jul	Grau Exec.	Tax. hom Jul
<b>Quadro 1. FP: Operações Financeiras do Estado (Governo Central)</b>						
<b>1. Receitas Totais</b>	<b>63 611</b>	<b>28 718</b>	<b>53 679</b>	<b>22 977</b>	<b>42,8</b>	<b>-20,0</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>58 132</b>	<b>27 852</b>	<b>45 119</b>	<b>21 672</b>	<b>48,0</b>	<b>-22,2</b>
Impostos	44 407	23 384	33 952	18 978	55,9	-18,8
Segurança Social	61	38	70	29	41,6	-24,5
Transferências (donativos)	5 479	866	8 559	1 305	15,2	50,7
Outras Receitas	13 665	4 429	11 098	2 665	24,0	-39,8
<b>2. Despesas Totais (FUN+INV)</b>	<b>59 147</b>	<b>28 413</b>	<b>64 767</b>	<b>28 784</b>	<b>44,4</b>	<b>1,3</b>
<b>2.1-Despesas Correntes</b>	<b>59 147</b>	<b>28 413</b>	<b>64 767</b>	<b>28 784</b>	<b>44,4</b>	<b>1,3</b>
dq: despesas de funcionamento	48 327	25 367	49 233	25 126	51,0	-0,9
dq: Juros da dívida interna	3 406	1 818	3 337	1 878	56,3	3,3
dq: Juros da dívida externa	2 128	1 157	1 754	1 214	69,2	4,9
dq: despesas correntes de investimento	10 820	3 046	15 534	3 658	23,5	20,1
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>4 464</b>	<b>304</b>	<b>-11 089</b>	<b>-5 807</b>	<b>52,4</b>	<b>-2008,4</b>
<b>4. Activos não Financeiros</b>	<b>10 330</b>	<b>1 980</b>	<b>9 867</b>	<b>1 001</b>	<b>10,1</b>	<b>-49,5</b>
Compra de activos não financeiros	12 326	2 054	10 318	1 050	10,2	-48,9
dq: programa de investimento	11 861	1 889	9 772	855	8,8	-54,7
Venda activos não financeiros	1 996	74	451	49	10,8	-34,6
<b>5. Saldo Global (base compromisso, 1-2-4)</b>	<b>-5 866</b>	<b>-1 676</b>	<b>-20 956</b>	<b>-6 808</b>	<b>32,5</b>	<b>306,2</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-3,0	-0,8	-11,4	-3,7		
Saldo global excluindo transferências(donativos)	-11 344	-2542	-29 515	-8 113		
Saldo Corrente (1.1-2.1)	-1 015	-561	-19 648	-7 112		
Saldo Corrente (em percentagem do PIB)	-0,5	-0,3	-10,7	-3,9		
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	4 519	2 413	-14 557	-4 020		
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	2,3	1,2	-7,9	-2,2		
Saldo global Primário (5+juros)	-332	1 299	-15 865	-3 716		
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-0,2	0,7	-8,6	-2,0		
<b>6. Financiamento</b>	<b>5 866</b>	<b>2 507</b>	<b>20 956</b>	<b>7 354</b>		
<b>6.1 Activos Financeiros</b>	<b>-8 393</b>	<b>-3 586</b>	<b>-4 569</b>	<b>-170</b>		
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	185	137	392	161		
Concessão de Empréstimo	-4 931	-2 026	-4 664	-24		
Acções e outras participações - MI	-3 667	-1 697	-1 445	-307		
Acções e Outras Participações ME						
Acções E Outras Participações MI - Alienação		0,0				
Depositos Cert. Poup. MI - Constituições	-954					
Depositos Cert. Poup. MI - Levantamentos	973		1 148			
Outros activos						
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>14 259</b>	<b>6 094</b>	<b>25 525</b>	<b>7 524</b>		
<b>Interno líquido</b>	<b>4 369</b>	<b>3 648</b>	<b>5 488</b>	<b>3 458</b>		
Sistema bancário		1 112		-1 682		
Empréstimos obtidos	10 148		12 552			
Amortização	-5 779		-6 919			
Empréstimos concedidos						
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing		-60	-145	-80		
Outras Operações do Tesouro						
Outros passivos*				3 304		
Resto por pagar que transita p/ o ano seguinte						
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		201		2 007		
Pagamento de Cheques e transferência em Transitio		-241		-2 172		
Sistema não bancário		4 136		2 082		
<b>Externo líquido</b>	<b>9 890</b>	<b>947</b>	<b>20 037</b>	<b>4 066</b>		
Desembolsos	14 221	3 120	22 677	6 600		
Amortizações programadas	-4 331	-2 173	-2 640	-2 535		
<b>7.Diferencial Financ./ Discrepância (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>832</b>	<b>0</b>	<b>546</b>		

\*No financiamento interno foi contabilizado provisoriamente o desembolso do empréstimo do FMI ao BCV, mas disponibilizado na conta do Tesouro para efeito do financiamento do orçamento, na rubrica "Outros Passivos Financeiros Pmi – Aquisições", enquanto se aguarda informações mais conclusivas por parte do BCV, que estará a determinar a contabilização definitiva.

Fonte: MF

## 2. RECEITAS TOTAIS

### 2.1. Enquadramento Geral

As receitas totais da Administração Central, até julho de 2020, atingiram 22.977,4 milhões de CVE, registando uma diminuição de 20,0%, perante o período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da diminuição dos impostos diretos (-17,4%), dos impostos indiretos (-19,5%), da segurança social (-24,5%), das outras receitas (-39,8%) e do aumento dos donativos (+50,7%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 17,4% resultou essencialmente da evolução negativa do IRPC (-32,1%), cerca de menos 1.038,3 milhões de CVE em face à arrecadação no período homólogo do ano anterior:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 3.697,2 milhões de CVE, registando uma evolução homóloga de (-205,0 milhões de CVE; -5,3%). A queda na arrecadação deste imposto não foi muito acentuada dado que, apesar da situação de crise, não houve ainda um grande impacto no desemprego e dado que medidas como o *Layoff* permitiram manter algum rendimento às pessoas singulares;
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – A receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 2.199,3 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de (-1.038,3 milhões de CVE; -32,1%), devido à redução da arrecadação nos fracionados, à diminuição da taxa do IRPC e pelo atraso na entrega da declaração e pagamento do IRPC anual, fruto do adiamento do prazo decretado pelo Governo para fazer face à Pandemia. Igualmente, em consequência dos impactos da crise da COVID-19, assiste-se a um aumento de pedidos de pagamento em prestações deste imposto por parte dos agentes económicos.

**Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais**

<b>Quadro 2. FP: Receitas Públicas Orçamentais (Governo Central)</b>						
<b>(em milhões de CVE)</b>						
	<b>2019</b>					
	<b>Orç. 2019</b>	<b>Jul</b>	<b>2020 Orç. Ret</b>	<b>Jul</b>	<b>Grau Exec. Tax. hom (%)</b>	<b>Julho</b>
<b>Impostos</b>	<b>44 407</b>	<b>23 384</b>	<b>33 952</b>	<b>18 978</b>	<b>55,9</b>	<b>-18,8</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>13 743</b>	<b>7 140</b>	<b>11 558</b>	<b>5 897</b>	<b>51,0</b>	<b>-17,4</b>
IR-PS	8 106	3 902	6 249	3 697	59,2	-5,3
IR-PC	5 638	3 238	5 309	2 199	41,4	-32,1
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>21 421</b>	<b>11 456</b>	<b>15 582</b>	<b>8 932</b>	<b>57,3</b>	<b>-22,0</b>
Sobre bens e serviços	16 786	9 289	12 895	7 370	57,2	-20,7
Imposto sobre o valor acrescentado	16 786	9 289	12 895	7 370	57,2	-20,7
IVA DA	8 593	4 576	6 424	3 811	59,3	-16,7
IVA DCI	8 193	4 713	6 471	3 559	55,0	-24,5
Sobre vendas	0	1	0	0	0,0	-100,0
Imposto para serviços de incêndio	0	1	0	0	0,0	-100,0
Sobre consumo	2 754	1 171	1 617	947	58,6	-19,1
Imposto consumo especial	2 754	1 171	1 617	947	58,6	-19,1
Impostos diversos sobre serviços	1 118	590	513	290	56,4	-51,0
Contribuição turística	1 118	590	513	290	56,4	-51,0
Outros impostos	763	405	557	325	58,3	-19,8
Taxa ecologica	763	405	557	325	58,3	-19,8
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>8 472</b>	<b>4 368</b>	<b>6 240</b>	<b>3 777</b>	<b>60,5</b>	<b>-13,5</b>
Direitos de importação	8 097	4 177	5 966	3 606	60,4	-13,7
Taxa comunitaria CEDEAO	375	191	273	170	62,4	-10,7
<b>Outros impostos</b>	<b>770</b>	<b>420</b>	<b>572</b>	<b>373</b>	<b>65,3</b>	<b>-11,2</b>
Imposto de selo	726	397,9	534	354	66,3	-11,0
Imposto especial sobre jogos	44	22	38	19	50,9	-14,3
<b>Segurança Social</b>	<b>61</b>	<b>38</b>	<b>70</b>	<b>29</b>	<b>41,6</b>	<b>-24,5</b>
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	60	38	68	29	41,9	-24,8
Outras Contribuições	1	0	1	0	29,5	14,8
<b>Transferências</b>	<b>5 479</b>	<b>866</b>	<b>8 559</b>	<b>1 305,0</b>	<b>15,2</b>	<b>50,7</b>
De Governos Estrangeiros	5 030	835	7 492	1 287	17,2	54,1
Ajuda Orçamental	2 020	221	1 957	881	45,0	299,4
Ajuda Alimentar	158	136	304	65	21,5	-52,0
Donativos directos	2 852	475	5 230	341	6,5	-28,2
Outras	0	4	0	0	0,0	-100,0
De Organizações Internacionais	0	31	604	18	3,0	-40,7
Das Administrações Públicas	449		464		0,0	0,0
<b>Outras Receitas</b>	<b>13 665</b>	<b>4 429</b>	<b>11 098</b>	<b>2 665</b>	<b>24,0</b>	<b>-39,8</b>
Rendimentos de propriedade	4 488	452	3 289	213	6,5	-52,8
Venda de bens e serviços	7 896	3 417	6 389	2 214	34,7	-35,2
Multas e outras penalidades	297	222	299	123	41,3	-44,5
Outras transferências	330	88	425	11	2,5	-87,9
Outras receitas diversas e não especificadas	655	251	695	104	15,0	-58,5
<b>Total de Receitas</b>	<b>63 611</b>	<b>28 718</b>	<b>53 679</b>	<b>22 977</b>	<b>42,8</b>	<b>-20,0</b>

Fonte: MF

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 19,5% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – O IVA registou no período em análise uma execução de 7.369,9 milhões de CVE, traduzindo assim, numa evolução de -1.919,1 milhões de CVE (-20,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho confirma a inversão da tendência de crescimento deste imposto, dados os fortes impactos da crise da COVID-19, principalmente a nível do Turismo, e as medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações;
- Contribuição Turística – A receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 289,5 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -301,0 milhões de CVE (-51,0%), revelando um forte impacto da crise da COVID-19, uma vez que estas receitas advêm diretamente do fluxo de turismo (dormidas em estabelecimentos hoteleiros), que caiu drasticamente até julho de 2020, com o encerramento das fronteiras de Cabo Verde e da maior parte dos países no Mundo;
- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 13,5% (-591,3 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2019, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 13,7% (-570,9 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 10,7% (-20,3 milhões de CVE);
- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo registou uma evolução negativa em termos homólogos de 11,0% (-43,8 milhões de CVE), situando-se em 354,0 milhões de CVE;

- A cobrança em sede do imposto especial sobre jogos situou-se nos 19,3 milhões de CVE, com uma evolução negativa em termos homólogos de 14,3 % (-3,2 milhões de CVE) uma vez que estas receitas proveem essencialmente da atividade turística na Ilha do Sal, tendo esta sofrido fortes impactos com a crise Pandémica.

No que toca às transferências (donativos), houve um aumento de 50,7% (+439,3 milhões de CVE em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 1.305,0 milhões de CVE. Do montante 880,8 milhões de CVE correspondem às ajudas orçamentais, 340,7 milhões de CVE são destinados aos donativos diretos aos projetos de investimentos e 65,2 milhões de CVE são referentes à ajuda alimentar.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 39,8%, refletindo o impacto da pandemia COVID-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

### **3. DESPESAS CORRENTES**

Em julho de 2020, o total das despesas correntes (funcionamento e investimento) situou-se em 28.784,3 milhões de CVE, apresentando um agravamento de 1,3%, em face ao período homólogo. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas de despesas com o pessoal (+2,5%), aquisições de bens e serviços (+10,8%), dos juros (+3,7%), dos subsídios (+326,2%), das transferências correntes (+4,6%) e dos benefícios sociais (+11,7%).

O valor da despesa por regularizar, em julho, situou-se em cerca de 365,9 milhões de CVE, referentes aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas.



### **3.1. Despesas Correntes de Funcionamento**

As despesas correntes de funcionamento, em julho de 2020, evidenciaram uma diminuição de 0,9% (-240,7 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 25.126,2 milhões de CVE, como resultado da execução das seguintes rúbricas:

- Outras Despesas Correntes evidenciaram uma diminuição de 53,0% (-945,5 milhões de CVE) justificada, essencialmente, pela diminuição da rubrica restituições em 83,9% (-796,4 milhões de CVE) e das outras despesas residuais em 50,9% (-36,5 milhões de CVE);
- Aquisição de bens e serviços registaram uma diminuição de 4,5% (-113,0 milhões CVE), face ao período homólogo do ano anterior, derivado sobretudo da diminuição das rubricas de Deslocação e Estadas, Combustíveis e Lubrificantes; Material de Limpeza, Higiene e Conforto, dado aos fortes impactos da crise da COVID-19 e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente suspensão /restrições das deslocações internacionais, inter-ilhas, o recurso ao teletrabalho e trabalho por turnos;
- A despesa com o pessoal evidenciou um agravamento de 2,7% (+305,8 milhões de CVE) justificado, essencialmente pela regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República; bancarização das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas e das Comissões de Recenseamento Eleitoral; recrutamentos de técnicos para os serviços do Departamento Governamental responsável pela área da Agricultura e Ambiente; Atualização do valor de índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal da Polícia Nacional, desta feita a fixar-se nos 63.000 CVE (sessenta e três mil escudos); implementação do novo Estatuto da Carreira dos Militares, estabelecendo os valores de índice 100 da estrutura remuneratória dos

- militares e recrutamentos de técnicos para diferentes esferas da administração pública;
- A despesa com o serviço da dívida registou um aumento de 3,7% (+111,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2019, resultante dos juros da dívida interna e externa;
  - Os subsídios registaram um aumento de 326,2% (+260,1 milhões de CVE), justificado principalmente pelos subsídios transferidos às empresas públicas não financeiras em 413,5% (+261,7 milhões de CVE);
  - As Transferências tiveram um aumento de 11,6% (+256,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado pelo aumento na rubrica municípios correntes em 10,9% (+218,3 milhões de CVE) dado ao pagamento do FFM onde o valor previsto para 2020 ultrapassa em mais de 357 mil contos o montante orçamentado em 2019 e na rubrica quotas a organismos internacionais correntes em 68,3% (25,5 milhões de CVE);
  - Os Benefícios Sociais aumentaram 4,4% (+173,5 milhões de CVE), justificado essencialmente da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, agravado pelo impacto da adesão de vários funcionários públicos ao regime de pensão antecipada, aprovado pelo Governo no OE 2019, bem como pela passagem à reforma dos contratados locais nas embaixadas e serviços consulares dando origem ao aumento nas rubricas pensões de aposentação em 5,6% (+139,7 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 4,3% (+6,5 milhões de CVE); aumento nos outros benefícios sociais em numerários, 55,2% (+4,2 milhões de CVE) no âmbito do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade, apoio á reinserção socioprofissional.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas de Funcionamento**

<b>Quadro 3. FP: Despesas de Funcionamento</b>						
<b>(em milhões de CVE)</b>						
	<b>Orç. 2019</b>	<b>Jul</b>	<b>2020 Orç. Ret</b>	<b>Jul</b>	<b>Grau Exec. (%)</b>	<b>Tx. hom Julho</b>
Despesas com Pessoal	21 790	11 192	22 314	11 498	51,5	2,7
Remuneração Certas e Permanentes	20 334	10 344	20 498	10 814	52,8	4,5
Segurança Social	1 456	848	1 816	684	37,6	-19,4
Aquisição de Bens e Serviços	5 887	2 488	6 465	2 375	36,7	-4,5
Juros correntes	5 637	2 994	5 187	3 106	59,9	3,7
Dívida interna	3 406	1 818	3 337	1 878	56,3	3,3
Dívida externa	2 128	1 157	1 754	1 214	69,2	4,9
Outros encargos	102	19	96	14	14,2	-28,9
Subsídios	579	80	807	340	42,1	326,2
Transferências Correntes	4 438	2 214	4 779	2 470	51,7	11,6
Governos Estrangeiros	111	8,9	59	11	18,1	20,6
Organismos Internacionais	402	37,3	461	63	13,6	68,3
Administração pública	3 925	2 167,4	4 259	2 397	56,3	10,6
Benefícios Sociais	6 482	3 958	6 936	4 132	59,6	4,4
Outras despesas correntes	3 515	1 785	2 746	840	30,6	-53,0
<b>Despesas Correntes</b>	<b>48 327</b>	<b>24 711</b>	<b>49 233</b>	<b>24 760</b>	<b>50,3</b>	<b>0,2</b>
Valor a regularizar		656		365,9		-44,2
<b>Total de Funcionamento</b>	<b>48 327</b>	<b>25 367</b>	<b>49 233</b>	<b>25 126</b>	<b>51,0</b>	<b>-0,9</b>
Activos não Financeiros	465	165	546	194	35,6	17,8
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>48 792</b>	<b>25 532</b>	<b>49 779</b>	<b>25 321</b>	<b>50,9</b>	<b>-0,8</b>

Fonte: MF

**4. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO**

A execução do programa de investimento público (despesas correntes e ativos não financeiros) atingiu os 4.513,2 milhões de CVE, representando 17,8% do orçamento rectificativo de 2020. Do montante pago, 63,5% (2.789,4 milhões de CVE) foi financiado pelo Tesouro, 19,2% (845,0 milhões de CVE) por Empréstimos e 15,1% (664,9 milhões de CVE) por Donativo.

**Quadro 4 – Programa de Investimento Público**

<b>Quadro 4. FP: Despesas de Investimento</b>						
<b>(em milhões de CVE)</b>						
	<b>Orç. 2019</b>	<b>Jul</b>	<b>2020 Orç. Ret</b>	<b>Jul</b>	<b>Grau Exec. Tx. hom (%)</b>	<b>Tx. hom Jul</b>
Despesas com Pessoal	1 417	567	1 341	555	41,4	-2,3
Remuneração Certas e Permanentes	1 275	513	1 201	499	41,6	-2,6
Segurança Social	142	55	139	55	39,6	0,5
Aquisição de Bens e Serviços	4 903	1 195	8 741	1 704	19,5	42,7
Subsídios	0	0	84	0	0,0	0,0
Transferências Correntes	1 718	959	3 316	847	25,6	-11,7
Governos Estrangeiros	107	25	760	42	5,5	69,0
Organismos Internacionais	33	15	19	0	0,0	-100,0
Administração pública	1 578	920	2 537	806	31,8	-12,4
Benefícios Sociais	480	120	1 110	422	38,0	251,8
Outras despesas correntes	2 301	205	943	130	13,8	-36,6
<b>Despesas Correntes</b>	<b>10 820</b>	<b>3 046</b>	<b>15 534</b>	<b>3 658</b>	<b>23,5</b>	<b>20,1</b>
Activos não Financeiros	11 861	1 889	9 772	855	8,8	-54,7
<b>TOTAL DE INVESTIMENTO</b>	<b>22 681</b>	<b>4 936</b>	<b>25 306</b>	<b>4 513</b>	<b>17,8</b>	<b>-8,6</b>

Fonte: MF